



GE São Bento do Norte S.A.

CNPJ nº 12.723.384/0001-50

Subsidiária Integral da São Bento Energia, Investimentos e Participações S.A.

www.copel.com copel@copel.com

Fazenda Boa Vista, 1C, parte, Estrada RN 120, Caixa Postal 1

São Bento do Norte - RN

CEP 59.590-000

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2023

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	3
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	5
Balancos Patrimoniais	5
Balancos Patrimoniais	6
Demonstrações de Resultados	7
Demonstrações de Resultados Abrangentes	7
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	8
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	9
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	10
1 Contexto Operacional	10
2 Base de Preparação	10
3 Políticas Contábeis Materiais	12
4 Caixa e Equivalentes de Caixa	16
5 Clientes	17
6 Partes Relacionadas	17
7 Títulos e Valores Mobiliários	18
8 Imobilizado	18
9 Fornecedores	19
10 Empréstimos e Financiamentos	19
11 Provisões para Litígios e Passivos Contingentes	20
12 Patrimônio Líquido	20
13 Outras Contas a Pagar	22
14 Receita Operacional Líquida	22
15 Custos e Despesas Operacionais	22
16 Resultado Financeiro	23
17 Imposto de Renda e Contribuição Social	23
18 Instrumentos Financeiros	24
19 Seguros	28
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE	29

GE São Bento do Norte S.A.**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO****À ACIONISTA**

A administração da GE São Bento do Norte S.A. (GE São Bento do Norte ou Companhia), Sociedade de Propósito Específico - SPE, subsidiária integral da São Bento Energia, Investimentos e Participações S.A., em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia relativos ao exercício de 2023, acompanhadas do relatório dos auditores independentes e informa que a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição da acionista, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar esclarecimentos adicionais, se necessários.

A COMPANHIA

A GE São Bento do Norte tem o propósito específico de implantação, operação e exploração comercial como Produtor Independente de geração de energia elétrica por fonte eólica.

Está localizada no Município de São Bento do Norte, no Estado do Rio Grande do Norte e sagrou-se vencedora no 2º Leilão de Energia Proveniente de Fontes Alternativas de Geração, promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, realizado em 26.08.2010.

A seguir são apresentadas as principais informações do parque gerador e da energia produzida:

Empreendimento	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW médios)	Geração (GWh) ⁽¹⁾	Preço/ MWh ⁽²⁾	Início de Operação Comercial	Vencimento de Outorga
São Bento do Norte	30,0	11,3	94,90	291,70	25.02.2015	19.05.2046

⁽¹⁾ Valores referentes ao total bruto gerado em 2023.

⁽²⁾ Preço atualizado até dezembro/2023.

GE São Bento do Norte S.A.
DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Em R\$ mil (exceto quando indicado de outra forma)	2023	2022	variação %
Indicadores Contábeis			
Ativo total	148.336	144.841	2,4
Caixa e equivalentes de caixa	21.518	20.434	5,3
Títulos e valores mobiliários	5.901	5.320	10,9
Dívida total	43.940	50.112	(12,3)
Dívida líquida	16.521	24.358	(32,2)
Receita operacional bruta	29.178	28.409	2,7
Deduções da receita	(3.819)	(3.989)	(4,3)
Receita operacional líquida (ROL)	25.359	24.420	3,8
Custos e despesas operacionais	(14.543)	(14.742)	(1,3)
Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos	10.816	9.678	11,8
Ebitda ou Lajida ^(a)	15.311	14.079	8,8
Resultado financeiro	(1.155)	(1.608)	28,2
IRPJ/CSLL	(2.167)	(2.089)	3,7
Lucro operacional	9.661	8.070	19,7
Lucro líquido do exercício	7.494	5.981	25,3
Patrimônio líquido	65.953	64.499	2,3
Indicadores Econômico-Financeiros			
Liquidez corrente (índice)	0,9	0,9	-
Liquidez geral (índice)	1,0	0,9	11,1
Margem do Ebitda ou Lajida (Ebitda ou Lajida/ROL) (%)	60,4	57,7	4,7
Dívida total sobre o patrimônio líquido (%)	66,6	77,7	(14,3)
Margem operacional (lucro operacional/ROL) (%)	38,1	33,0	15,5
Margem líquida (lucro líquido/ROL) (%)	29,6	24,5	20,8
Participação de capital de terceiros (%)	55,5	55,5	-
Rentabilidade do patrimônio líquido (Lucro Líquido ÷ (PL inicial)) (%)	11,6	10,0	16,0

^(a) Ebitda ou Lajida - Lucros antes dos juros, impostos, depreciação e amortização

Finalmente, queremos deixar consignados nossos agradecimentos ao acionista, colaboradores, seguradoras, usuários, agentes financeiros e do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da Companhia.

Curitiba, 11 de abril de 2024

Marcio Raphael Ploszaj
 Diretor Técnico

Adriano Fedalto
 Diretor Administrativo-Financeiro

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balancos Patrimoniais

em 31 de dezembro de 2023 e 31 dezembro de 2022

em milhares de reais

ATIVO	NE nº	31.12.2023	31.12.2022
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	21.518	20.434
Clientes	5.1	4.578	3.004
Imposto de renda e contribuição social		418	579
Outros tributos a recuperar		-	3
Despesas antecipadas		588	426
Partes relacionadas	6	1.922	1.922
		29.026	26.368
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a Longo Prazo			
Títulos e valores mobiliários	7	5.901	5.320
Outros tributos a recuperar		6	3
Partes relacionadas	6	44.899	40.151
		50.806	45.474
Imobilizado	8	68.504	72.999
		119.310	118.473
TOTAL DO ATIVO		148.336	144.841

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

GE São Bento do Norte S.A.

Balancos Patrimoniais
em 31 de dezembro de 2023 e 31 dezembro de 2022
em milhares de reais

PASSIVO	NE nº	31.12.2023	31.12.2022
CIRCULANTE			
Partes relacionadas	6	96	96
Fornecedores	9	613	1.912
Imposto de renda e contribuição social		285	154
Outras obrigações fiscais		445	356
Empréstimos e financiamentos	10	6.807	6.763
Dividendos a pagar	6	1.780	2.983
Outras contas a pagar	13	22.365	18.153
		32.391	30.417
NÃO CIRCULANTE			
Imposto de renda e contribuição social diferidos		821	78
Empréstimos e financiamentos	10	37.133	43.349
Outras contas a pagar	13	12.038	6.498
		49.992	49.925
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	12.1	48.217	48.217
Reserva legal	12.2	1.513	1.138
Reserva de retenção de lucros	12.2	10.883	10.883
Dividendo adicional proposto	12.3	5.340	4.261
		65.953	64.499
TOTAL DO PASSIVO		148.336	144.841

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

GE São Bento do Norte S.A.

Demonstrações de Resultados
 dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 dezembro de 2021
 em milhares de reais

	NE nº	31.12.2023	31.12.2022
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	14	25.359	24.420
Custos Operacionais	15	(13.895)	(12.645)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		11.464	11.775
Outras Receitas (Despesas) Operacionais			
Despesas gerais e administrativas	15	(537)	(1.747)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	15	(114)	(350)
		(648)	(2.097)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		10.816	9.678
Resultado Financeiro	16		
Receitas financeiras		3.145	3.153
Despesas financeiras		(4.300)	(4.761)
		(1.155)	(1.608)
LUCRO OPERACIONAL		9.661	8.070
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	17		
Imposto de renda e contribuição social		(1.425)	(2.022)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(742)	(67)
		(2.167)	(2.089)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		7.494	5.981
RESULTADO LÍQUIDO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO - em reais			
Ações ordinárias		0,15542	0,12404

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados Abrangentes
 dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 dezembro de 2022
 em milhares de reais

	31.12.2023	31.12.2022
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	7.494	5.981
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	7.494	5.981

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

GE São Bento do Norte S.A.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 dezembro de 2022
 em milhares de reais

	NE nº	Capital social	Reservas de lucros		Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
			Reserva legal	Reserva de retenção de lucros			
Saldo em 1º de janeiro de 2022		48.217	839	10.883	-	-	59.939
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	5.981	5.981
Destinação proposta à A.G.O.:							
Reserva legal	12.2	-	299	-	-	(299)	-
Dividendos	12.3	-	-	-	-	(1.421)	(1.421)
Dividendos adicional proposto	12.3	-	-	-	4.261	(4.261)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022		48.217	1.138	10.883	4.261	-	64.499
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	7.494	7.494
Deliberação do dividendo adicional proposto		-	-	-	(4.261)	-	(4.261)
Destinação proposta à A.G.O.:							
Reserva legal	12.2	-	375	-	-	(375)	-
Dividendos	12.3	-	-	-	-	(1.779)	(1.779)
Dividendos adicional proposto	12.3	-	-	-	5.340	(5.340)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023		48.217	1.513	10.883	5.340	-	65.953

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa
 dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 dezembro de 2022
 em milhares de reais

	NE nº	31.12.2023	31.12.2022
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício		7.494	5.981
Ajustes para a reconciliação do lucro líquido do exercício com a geração de caixa das atividades operacionais			
Encargos e variações monetárias não realizadas - líquidas		4.293	2.487
Imposto de renda e contribuição social	17	1.425	2.022
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	742	67
Depreciação	8	4.495	4.401
Resultado das baixas de imobilizado	8	-	247
		18.449	15.205
Redução (aumento) dos ativos			
Cientes		(1.574)	(19)
Outros créditos		(2)	-
Imposto de renda e contribuição social		161	(455)
Outros tributos a recuperar		-	323
Despesas antecipadas		(162)	(19)
Partes relacionadas		(4.748)	(9.319)
		(6.325)	(9.489)
Aumento (redução) dos passivos			
Partes relacionadas		-	(57)
Fornecedores		(1.299)	952
Outras obrigações fiscais		89	137
Outras contas a pagar		9.752	8.147
		8.542	9.179
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		20.666	14.895
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.294)	(2.275)
Encargos de empréstimos e financiamentos pagos	10.2	(3.840)	(4.374)
Encargos de empréstimos concedidos a partes relacionadas recebidos		-	2.530
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		15.532	10.776
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aplicações financeiras		(581)	(585)
Empréstimos concedidos a partes relacionadas		-	-
Recebimento de empréstimos concedidos a partes relacionadas		-	15.500
CAIXA LÍQUIDO GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(581)	14.915
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Amortizações de principal de empréstimos e financiamentos	10.2	(6.623)	(6.553)
Dividendos pagos		(7.244)	(2.271)
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(13.867)	(8.824)
TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		1.084	16.867
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	4	20.434	3.567
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	4	21.518	20.434
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		1.084	16.867

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 dezembro de 2022
em milhares de reais

1 Contexto Operacional

A GE São Bento do Norte S.A. (GE São Bento do Norte ou Companhia) com sede na Fazenda Boa Vista, 1C, parte, Estrada RN 120, Caixa Postal 1, 59.590-000, São Bento do Norte, Estado do Rio Grande do Norte, é uma sociedade anônima, de capital fechado, subsidiária integral da São Bento Energia, Investimentos e Participações S.A. (Controladora) que possui a Copel Geração e Transmissão S.A. (Copel GeT) como único acionista. Por sua vez, a Copel GeT é controlada pela Companhia Paranaense de Energia (Copel). Tem como objeto social a exploração da central geradora eólica EOL Dreen São Bento do Norte, por meio da Portaria MME nº 310/2011. A Companhia possui 14,0 MW médios comercializados por meio de Contratos de Comercialização de Energia em Ambiente Regulado - CCEARs, na modalidade disponibilidade de energia elétrica, com vencimento em 31.12.2032. Outros dados operacionais estão apresentados no Relatório da Administração.

2 Base de Preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Diretoria declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas na gestão.

A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada pela Administração da Companhia em 11.04.2024.

2.1 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. As informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros e investimentos, conforme descrito nas respectivas práticas contábeis e notas explicativas.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas da Companhia. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas, as quais são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

2.3.1 Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto aqueles que envolvem estimativas, estão incluídas na NE nº 3.1 - Instrumentos financeiros: definição da categoria dos instrumentos financeiros.

2.3.2 Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens de incerteza nas estimativas que podem levar a ajustes significativos aos valores dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- NEs nºs 3.2 e 8 - Imobilizado: previsão de vida útil dos ativos;
- NEs nºs 3.3 e 5 – Perdas de crédito esperadas: estimativa de valores que não serão recebidas;
- NEs nºs 3.3 e 8 - Redução ao valor recuperável de ativos: definição de premissas, determinação da taxa de desconto e previsão dos fluxos de caixa;
- NE nºs 3.4 e 11 - Provisões para litígios e passivos contingentes: estimativa de perdas em processos judiciais;
- NEs nºs 3.5 e 14 - Reconhecimento de receita: estimativa de valores não faturados;
- NE nº 3.6 - Operações de compra e venda de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE: previsão de valores que serão faturados pela CCEE; e
- NEs nºs 3.7 e 17 - Imposto de renda e contribuição social diferidos: previsão de lucros tributáveis futuros.

2.4 Julgamento da Administração quanto à continuidade operacional

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Não foram identificados eventos ou condições que, individualmente ou coletivamente, podem levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional, apesar do capital circulante líquido negativo em 31.12.2023 que decorre principalmente de saldos de Outras Contas a Pagar (Provisão de não performance) e Empréstimos e Financiamentos, a Companhia conta com o suporte financeiro da Copel GeT e, portanto, não prejudicando a capacidade financeira de curto prazo da Companhia.

3 Políticas Contábeis Materiais

A seguir são apresentadas as informações materiais das políticas contábeis da Companhia

3.1 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito. São inicialmente registrados pelo valor justo, a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado, para os instrumentos financeiros com mercado ativo, e pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados, para aqueles que não tem cotação disponível no mercado.

Depois do reconhecimento inicial os ativos financeiros somente são reclassificados se a Companhia mudar o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e esta reclassificação deve ocorrer de forma prospectiva.

A Companhia não possui instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Os instrumentos financeiros da Companhia são classificados e mensurados conforme descrito a seguir.

3.1.1 Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação e os juros atribuíveis, quando incorridos, são reconhecidos no resultado.

3.1.2 Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

São assim classificados e mensurados quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

3.1.3 Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado

Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. Esse método também é utilizado para alocar a despesa de juros desses passivos pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos, que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos), ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

3.1.4 Baixas de ativos e passivos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando esses direitos são transferidos em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Os passivos financeiros somente são baixados quando as obrigações são extintas, canceladas ou liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

3.2 Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, incluindo gastos de aquisição que lhe são atribuíveis. Os bens do ativo imobilizado vinculados aos contratos de autorização são depreciados com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel, limitados ao prazo da autorização. Os demais bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na estimativa de vida útil, as quais são revisadas anualmente e ajustadas, caso necessário.

Os custos diretamente atribuídos às obras, bem como os juros e encargos financeiros referentes a empréstimos tomados com terceiros durante o período de construção, são registrados no ativo imobilizado em curso, desde que seja provável que resultem em benefícios econômicos futuros para a Companhia.

3.3 Redução ao valor recuperável de ativos - *Impairment*

Os ativos são avaliados para identificar evidências de desvalorização.

3.3.1 Ativos financeiros

As estimativas para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício.

A Companhia aplica a abordagem simplificada do IFRS 9 / CPC 48 para a mensuração de perdas de crédito esperadas para toda existência dos ativos financeiros que não possuem componentes de financiamento significativos, considerando uma estimativa para perdas esperadas para todas as contas a receber de clientes, agrupadas com base nas características compartilhadas de risco de crédito, situação de vínculo, número de dias de atraso, no montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos, baseado em critérios específicos do histórico de pagamento, das ações de cobrança realizadas para a recuperação do crédito e a relevância do valor devido na carteira de recebíveis.

3.3.2 Ativos não financeiros

Quando houver perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor de preço líquido de venda do ativo, essa perda é reconhecida no resultado do exercício.

Para fins de avaliação da redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC).

O valor estimado das perdas para redução ao valor recuperável sobre os ativos não financeiros é revisado para a análise de possível reversão na data de apresentação das demonstrações financeiras e em caso de reversão de perda de exercícios anteriores, esta é reconhecida no resultado do exercício corrente.

3.4 **Provisões**

Uma provisão é reconhecida quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, (ii) seja provável (mais provável que sim do que não) que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (iii) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

As estimativas de desfechos e de efeitos financeiros são determinadas pelo julgamento da Administração, complementado pela experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes.

Os valores que correspondem à parcela principal da provisão são reconhecidos no resultado operacional ou no ativo e a atualização monetária, se houver, é reconhecida no resultado financeiro. Provisões socioambientais são registrados em contrapartida ao ativo quando incorridos durante a fase de implantação de empreendimentos ou, ainda, após a entrada em operação comercial, quando considerados condicionantes para obtenção/renovação das licenças de operação e manutenção.

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos contabilmente, porém são divulgados em nota explicativa quando for provável o reconhecimento de benefícios econômicos futuros, para os ativos, ou quando a probabilidade de saída de recursos for avaliada como possível, no caso dos passivos.

3.5 Reconhecimento da receita

A receita é mensurada com base na contraprestação que a Companhia e suas controladas esperam receber em um contrato com o cliente, líquida de qualquer contraprestação variável. A Companhia reconhece receitas no resultado quando do suprimento de energia, medição ou condição contratual e quando for provável o recebimento da contraprestação considerando a capacidade e a intenção do cliente de pagar a contraprestação quando devida. A receita operacional da Companhia é proveniente principalmente do suprimento de energia elétrica.

A receita proveniente do suprimento de energia elétrica é reconhecida mensalmente com base nos dados para faturamento que são apurados pelos MW médios de energia elétrica contratada, e declarados junto a CCEE. Quando as informações não estão disponíveis, a Companhia, por meio de suas áreas técnicas, estima a receita considerando as regras dos contratos, a estimativa de preço e o volume fornecido.

Tendo em vista que as empresas de geração eólica estão sujeitas a montantes mínimos de geração, a Companhia entende que está sujeita a contraprestação variável e, por esta razão, constitui provisão pela não performance com base nas estimativas de geração anual, deduzindo da receita.

3.6 Operações de compra e venda de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE são reconhecidos pelo regime de competência, com base nos dados divulgados pela CCEE, que são apurados pelo produto das sobras ou déficits de energia contabilizadas em determinado mês, pelo PLD - Preço de Liquidação das Diferenças correspondente, ou, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente, por estimativa preparada pela Administração.

3.7 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social foram apurados trimestralmente com base no "Lucro Presumido". O imposto de renda presumido é calculado mediante a aplicação da alíquota de 15% sobre o percentual de 8% da receita bruta de venda de energia (produto), acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem a R\$ 60 no trimestre e a contribuição social é calculada mediante a aplicação da alíquota de 9% sobre o percentual de 12% da receita bruta de venda de energia (produto).

Além disso, o imposto de renda calculado pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para as parcelas dos lucros que excederem a R\$ 60 no trimestre, e a contribuição social calculada pela alíquota de 9%, também incidem sobre as receitas financeiras auferidas nos resgates de aplicações financeiras, deduzidos os tributos incidentes (Imposto sobre Operações Financeiras - IOF). Sobre a receita financeira provisionada são reconhecidos o imposto de renda e a contribuição social diferidos.

3.8 Pronunciamentos aplicáveis à Companhia a partir de 1º.01.2023

A partir de 1º.01.2023 estão vigentes as alterações a seguir, sem impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia:

- (i) CPC 26 / IAS 1 e expediente prático 2 do IFRS: alteração nas divulgações de principais políticas contábeis para informações materiais da política contábil (a partir de 1º.01.2023);
- (ii) CPC 50 / IFRS 17: novo pronunciamento para contratos de seguros, em substituição ao CPC 11 / IFRS 4 - a Companhia não possui quaisquer contratos que atendam à definição de contrato de seguro (a partir de 1º.01.2023);
- (iii) CPC 23 / IAS 8: atualização das definições de estimativas contábeis (a partir de 1º.01.2023);
- (iv) CPC 32 / IAS 12: alterações no tratamento do imposto diferido relacionado a ativos e passivos resultantes de uma única transação e atualizações decorrentes das alterações de Reforma Tributária Internacional - Regras Modelo do Pilar Dois (a partir de 1º.01.2023).

3.9 Novas normas que ainda não entraram em vigor

A partir dos exercícios seguintes estarão vigentes as alterações abaixo:

- i) CPC 26 / IAS 1: requisitos para classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes e para apresentação de Passivo Não Circulante com Covenants (a partir de 1º.01.2024);
- ii) CPC 06 / IFRS 16 - Arrendamentos: alterações relacionadas a operações de “*sale and leaseback*” (a partir de 1º.01.2024);
- iii) CPC 03 / IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa e CPC 40 / IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: requisitos para divulgação de acordos de financiamento de fornecedores (a partir de 1º.01.2024);
- iv) CPC 02 / IAS 21 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis (a partir de 1º.01.2025);
- v) CPC 36 / IFRS 10 e CPC 18 / IAS 28: alterações relacionadas a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou *joint venture* (sem data de vigência definida).

A Companhia não tem expectativa de impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes destas alterações de normas.

4 Caixa e Equivalentes de Caixa

	31.12.2023	31.12.2022
Caixa e bancos conta movimento	2.218	1.958
Aplicações financeiras de liquidez imediata	19.300	18.476
	21.518	20.434

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data de contratação. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos líquidos de imposto de renda auferidos até a data de encerramento do período e com risco insignificante de mudança de valor.

As aplicações financeiras da Companhia e de suas controladas referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs e a Operações Compromissadas, que se caracterizam pela venda de título com o compromisso, por parte do vendedor (Banco) de recomprá-lo, e do comprador, de revendê-lo no futuro. As aplicações, dependendo da incidência de IOF e do prazo de liquidez negociado no momento da contratação, são remuneradas entre 100,0% e 101,0% em 2023 (entre 96,0% e 101,0% em 2022) da taxa de variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

5 Clientes

	Saldos vincendos	Vencidos até 90 dias	31.12.2023	31.12.2022
Contratos regulados	3.050	1.398	4.448	2.835
CCEE	130	-	130	171
	3.180	1.398	4.578	3.006

Em 31.12.2023 não há registro de provisão para perdas de crédito esperadas devido a existência de garantias vinculadas aos contratos.

6 Partes Relacionadas

Parte Relacionada / Natureza da operação	Ativo		Passivo		Receita	Custo / Despesa	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2023	31.12.2022
Controladores							
Copel GeT							
Mútuo (d)	-	-	-	-	-	2.026	-
Compartilhamento de estrutura (a)	-	-	72	71	-	-	-
Encargos de uso do sistema de transmissão	-	-	-	-	-	-	(24)
São Bento Energia, Investimentos e Participações S.A.							
Dividendos	-	-	1.778	2.983	-	-	-
Contrato BNDES (b)	46.821	42.073	-	-	-	-	-
Entidade sob controle em comum							
Cutia Empreendimentos Eólicos S.A.							
Compartilhamento de estrutura (a)	-	-	4	5	-	-	-
Copel Distribuição S.A. (Copel Dis)							
Compartilhamento de estrutura (b)	-	-	20	20	-	-	-
FDA Geração de Energia S.A.							
Suprimento de energia elétrica	-	-	-	-	-	(1.875)	(1.567)
Pessoal chave da administração (c)							
Honorários e encargos sociais (NE nº 15)	-	-	-	-	-	-	(31)
Planos previdenciários e assistenciais	-	-	-	-	-	-	(2)

- A Companhia registrou gastos com atividades corporativas entre controladoras e entidades sob controle comum, referentes a pessoal e administradores, conforme contrato de compartilhamento assinado entre as partes. As atividades estão concentradas nas suas controladoras e entidades sob controle comum.
- A São Bento Energia, Investimentos e Participações S.A. é interveniente junto ao financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) da Companhia, o qual, por força contratual, transfere recursos visando manter os saldos relativos à cessão fiduciária de recebíveis provenientes da receita de venda de energia elétrica conforme exigência contratual (NE nº 10).
- A Companhia não possui planos de benefícios de longo prazo para os Administradores.

- d) Em 19.04.2021, foi assinado contrato de mútuo entre GE Boa Vista S.A., GE Farol S.A., GE Olho D'Água S.A. e GE São Bento do Norte S.A. (mutuantes) e Copel Geração e Transmissão S.A. (mutuária), com aprovação de limites acrescidos de IOF e juros remuneratórios de 100% do CDI acrescidos de 2% a.a., a fim de proporcionar recursos para o financiamento das atividades e negócios da empresa. O valor foi quitado em 28.11.2022.

7 Títulos e Valores Mobiliários

O prazo desses títulos varia 14 a 42 meses a partir do final do período de relatório.

Categoria	Indexador	31.12.2023	31.12.2022
Cotas de fundos de investimentos	CDI (a)	5.741	5.175
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	96% a 98,3% do CDI	160	145
Não circulante		5.901	5.320

(a) Certificado de Depósito Interbancário - CDI

Os recursos referentes a Cotas de fundos de investimentos são vinculados aos contratos de empréstimos financiamentos com o BNDES (NE nº 10) e os CDBs são vinculados à garantia financeira do Contrato de Uso do Sistema de Transmissão.

8 Imobilizado

A Companhia registra no ativo imobilizado os bens utilizados nas instalações administrativas e industriais para geração de energia elétrica.

	Custo	Depreciação acumulada	31.12.2023	Custo	Depreciação acumulada	31.12.2022
Em serviço						
Máquinas e equipamentos	90.174	(21.670)	68.504	90.174	(17.175)	72.999
	90.174	(21.670)	68.504	90.174	(17.175)	72.999

	Saldo em 1º.01.2022	Depreciação (a)	Baixas	Saldo em 31.12.2022	Depreciação	Saldo em 31.12.2023
Em serviço						
Máquinas e equipamentos	77.647	(4.401)	(247)	72.999	(4.495)	68.504
	77.647	(4.401)	(247)	72.999	(4.495)	68.504

(a) Taxa média de depreciação de 5,01% (5,01% em 2022).

A Administração não identificou evidências que justificassem a necessidade de reconhecimento de perdas pela redução ao valor recuperável de ativos em 2023 e 2022.

9 Fornecedores

	31.12.2023	31.12.2022
Materiais e serviços	454	1.740
Encargos de uso da rede elétrica	159	172
Circulante	613	1.912

10 Empréstimos e Financiamentos

Contrato BNDDES	Empresa	Data da emissão	Nº de parcelas	Vencimento final	Encargos financeiros a.a. (juros + comissão)	Valor do contrato	31.12.2023	31.12.2022	
11211541	GE S.Bento do Norte	19.03.2012	192	15.06.2030	2,34% a.a. acima da TJLP	90.900	43.940	50.112	
							43.940	50.112	
							Circulante	6.807	6.763
							Não circulante	37.133	43.349

Destinação: construção e implantação de centrais geradoras eólicas.

Garantias: Penhor de ações; cessão fiduciária de recebíveis provenientes da receita de venda de energia elétrica produzidas pelo projeto; cessão fiduciária das máquinas e equipamentos montados ou construídos com os recursos a eles vinculados.

10.1 Vencimentos das parcelas de longo prazo

2025	6.651
2026	6.651
2027	6.651
2028	6.651
2029	6.651
Após 2029	3.878
	37.133

10.2 Mutação de empréstimos e financiamentos

	Total
Em 1º.01.2022	56.286
Encargos e variação monetária	4.753
Amortização - principal	(6.553)
Pagamento - encargos	(4.374)
Em 31.12.2022	50.112
Encargos e variação monetária	4.291
Amortização - principal	(6.623)
Pagamento - encargos	(3.840)
Em 31.12.2023	43.940

10.3 Cláusulas contratuais restritivas - *covenants*

Os contratos de empréstimos e financiamentos contém cláusulas que requerem a manutenção de índices econômico-financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos, com exigibilidade de cumprimento anual, bem como outras condições a serem observadas, tais como não alterar a participação acionária da Companhia no capital social das controladas que represente alteração de controle sem a prévia anuência. O descumprimento das condições contratadas poderá implicar em multas ou na declaração de vencimento antecipado das dívidas.

Em 31.12.2023, todos os indicadores financeiros medidos anualmente e compromissos acordados foram integralmente atendidos.

A Companhia tem expectativa de que todos os indicadores financeiros, medidos anualmente, sejam cumpridos em 2024.

Empresa	Instrumento Contratual	Indicador Financeiros	Limite
GE São Bento do Norte S.A.	BNDES Finem nº 11211541	Índice de cobertura do serviço da dívida	≥ 1,3

Financiamento a empreendimentos - Finem

11 Provisões para Litígios e Passivos Contingentes

A Companhia responde por processos judiciais de natureza fiscal, porém, na avaliação de seus assessores legais, não há ações cujas perdas são consideradas prováveis, portanto, a Companhia não constituiu provisões para litígios.

Os passivos contingentes são obrigações presentes decorrentes de eventos passados, sem provisões reconhecidas por não ser provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação.

Em 31.12.2023 as contingências passivas não reconhecidas nas demonstrações financeiras avaliadas pelos assessores jurídicos como de risco de perda possível, no montante de R\$ 20.146 (R\$ 18.186 em 31.12.2022), são principalmente de natureza tributária decorrente de exigência fiscal das prefeituras a título de ISS em serviço de construção civil prestado por terceiro.

12 Patrimônio Líquido

12.1 Capital social

O capital social integralizado em 31.12.2023 monta a R\$ 48.217 (R\$ 48.217, em 31.12.2022), composto por 48.216.516 ações ordinárias pertencentes a São Bento Investimento e Participações S.A.

12.2 Reserva legal e reserva de retenção de lucros

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, limitada a 20% do capital social.

A reserva de retenção de lucros é constituída mediante retenção do remanescente do lucro líquido do exercício, após a reserva legal, os juros sobre o capital próprio e os dividendos.

12.3 Proposta de distribuição de dividendos

	31.12.2023	31.12.2022
Base de cálculo para os dividendos		
Lucro líquido do exercício	7.494	5.981
Reserva legal (5%)	(375)	(299)
	7.119	5.682
Dividendos propostos		
Dividendos mínimos obrigatórios	1.779	1.421
Dividendo adicional proposto (*)	5.340	4.261
	7.119	5.682
Valor do dividendo por ação	0,000148	0,000118

(*) De acordo com o § 6º do art. 202 da lei 6.404/76, os lucros não destinados nos termos do art. 193 a 197 (Reserva Legal, Reservas Estatutárias, para contingência, de retenção de lucros ou de lucros a realizar), deverão ser distribuídos como dividendos.

Conforme as disposições legais e estatutárias vigentes, a base de cálculo dos dividendos é obtida a partir do lucro líquido, diminuído da quota destinada à reserva legal.

A distribuição dos dividendos é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, exceto o dividendo adicional proposto que aguarda a deliberação em Assembleia dos Acionistas.

12.4 Lucro líquido básico e diluído por ação

	31.12.2023	31.12.2022
Numerador básico e diluído		
Resultado líquido básico e diluído alocado por classes de ações		
Lucro Líquido do Exercício	7.494	5.981
Denominador básico e diluído (em milhares de ações)		
Média ponderada das ações		
Ações ordinárias	48.216.516	48.216.516
Resultado líquido do período básico e diluído por ação		
Resultado por ação ordinária	0,15542	0,12404

13 Outras Contas a Pagar

	31.12.2023	31.12.2022
Provisão de não performance de geração de energia (18.2.4)	34.394	24.643
Outras contas a pagar	9	8
	34.403	24.651
	Circulante	18.153
	Não circulante	6.498

14 Receita Operacional Líquida

	31.12.2023	31.12.2022
Contratos de Comercialização de Energia em Ambiente Regulado - CCEAR (leilão) e Bilaterais	37.262	35.025
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	1.885	1.530
(-) Provisão para não performance de geração	(9.969)	(8.146)
(-) PIS/Pasep e Cofins	(1.330)	(1.234)
(-) ICMS Substituição Tributária	(2.489)	(2.755)
	25.359	24.420

15 Custos e Despesas Operacionais

	Custos operacionais	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	31.12.2023	Custos operacionais	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	31.12.2022
Energia elétrica comprada para revenda - CCEE	(1.885)	-	-	-	(1.885)	(1.629)	-	-	(1.629)
Encargos de uso da rede elétrica	(1.879)	-	-	-	(1.879)	(1.697)	-	-	(1.697)
Pessoal e administradores	-	-	(333)	-	(333)	-	(304)	-	(304)
Planos previdenciário e assistencial	-	-	(39)	-	(39)	-	(32)	-	(32)
Material	(7)	-	-	-	(7)	(11)	-	-	(11)
Serviços de terceiros	(4.383)	-	813	-	(3.570)	(3.744)	(879)	-	(4.623)
Depreciação e amortização	(4.495)	-	-	-	(4.495)	(4.401)	-	-	(4.401)
Arrendamento e aluguéis	(350)	3	-	-	(347)	(170)	-	-	(170)
Outros custos e despesas operacionais, líquidos	(896)	-	(978)	(114)	(1.988)	(993)	(532)	(350)	(1.875)
	(13.895)	3	(537)	(114)	(14.543)	(12.645)	(1.747)	(350)	(14.742)

15.1 Compromissos estimados de arrendamentos e aluguéis não canceláveis

São Bento do Norte	Até 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total 31.12.2023
Arrendamento de terrenos	509	2.012	6.372	8.893

No saldo dos custos de arrendamentos e aluguéis estão contidos valores de arrendamento de terrenos para os quais, após a entrada em operação dos empreendimentos, os pagamentos são variáveis em função da receita auferida, aplicando um percentual sobre a receita bruta menos as deduções previstas em contrato (impostos, taxas e contribuições).

16 Resultado Financeiro

	31.12.2023	31.12.2022
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	3.075	1.013
Juros sobre mútuo (NE nº 6)	-	2.026
Acréscimos moratórios sobre faturas de energia	7	15
Outras receitas financeiras	63	99
	3.145	3.153
(-) Despesas financeiras		
Variação monetária e encargos da dívida	3.818	4.368
Outras despesas financeiras	482	393
	4.300	4.761
Líquido	(1.155)	(1.608)

17 Imposto de Renda e Contribuição Social

	31.12.2023		31.12.2022	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita de Contrato de Comercialização de Energia em Ambiente Regulado	37.044	37.044	35.025	35.025
Receita de Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	1.885	1.885	1.530	1.530
ICMS Substituição tributária	(2.489)	(2.489)	(2.755)	(2.755)
Alíquota sobre a receita bruta	8%	12%	8%	12%
Base de cálculo	2.915	4.373	2.704	4.056
Receita Financeira	3.145	3.145	3.153	3.153
(-) Receita Financeira Provisionada	(2.184)	(2.184)	(196)	(196)
Base de cálculo Receita Financeira	961	961	2.957	2.957
(=) Base de cálculo	3.876	5.334	5.661	7.013
Aliquotas vigentes	15%	9%	15%	9%
Adicional	10%		10%	
Imposto de renda e contribuição social	945	480	1.391	631
Receita Financeira Provisionada	2.184	2.184	196	196
Imposto de renda e contribuição social diferidos	545	197	49	18

18 Instrumentos Financeiros

18.1 Categorias e apuração do valor justo dos instrumentos financeiros

	NE		31.12.2023		31.12.2022	
	nº	Nível	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
Caixa e equivalentes de caixa (a)	4	1	21.518	21.518	20.434	20.434
Títulos e valores mobiliários (b)	7	2	5.901	5.901	5.320	5.320
Custo amortizado						
Clientes (a)	5		4.578	4.578	3.004	3.004
Total dos ativos financeiros			31.997	31.997	28.758	28.758
Passivos Financeiros						
Custo amortizado						
Fornecedores (a)	9		613	613	1.912	1.912
Empréstimos e financiamentos (c)	10		43.940	52.376	50.112	52.376
Total dos passivos financeiros			44.553	52.989	52.024	54.288

Os diferentes níveis de hierarquia de valor justo são classificados conforme a seguir:

Nível 1: obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; e

Nível 2: obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo.

Apuração dos valores justos

- Equivalente ao seu respectivo valor contábil, em razão de sua natureza e de seu prazo de realização.
- Calculado de acordo com as informações disponibilizadas pelos agentes financeiros e pelos valores de mercado dos títulos emitidos pelo governo brasileiro.
- Utilizado como premissa básica o custo da última captação realizada pela Copel, CDI + *spread* de 2,19%, para desconto do fluxo de pagamentos esperado.

18.2 Gerenciamento dos riscos financeiros

Os negócios da Companhia estão expostos aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

18.2.1 Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, resultantes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais.

Exposição ao risco de crédito	31.12.2023	31.12.2022
Caixa e equivalentes de caixa (a)	21.518	20.434
Títulos e valores mobiliários (a)	5.901	5.320
Clientes (b)	4.578	3.004
	31.997	28.758

- a) A Companhia administra o risco de crédito sobre esses ativos, considerando sua política em aplicar praticamente todos os recursos em instituições bancárias federais. Excepcionalmente, por força legal e/ou regulatória, a Companhia aplica recursos em bancos privados considerados de primeira linha.
- b) Risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. A Companhia considera baixo esse risco de crédito pois possui histórico imaterial de perdas e, também, por manter contratos regulados com distribuidores de energia elétrica que, por regra do setor, mantêm Contratos de Constituição de Garantias - CCG para cumprimento dos pagamentos.

18.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outro ativo financeiro, para liquidar as obrigações nas datas previstas.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos, aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Os investimentos são financiados por meio de dívidas de médio e longo prazos junto a instituições financeiras e ao mercado de capitais.

São desenvolvidas projeções econômico-financeiras de curto, médio e longo prazos, as quais são submetidas à apreciação pelos órgãos da Administração. Anualmente ocorre a aprovação do orçamento empresarial para o próximo exercício.

As projeções econômico-financeiras de médio e longo prazos abrangem períodos mensais cobrindo os próximos cinco anos. A projeção de curto prazo considera períodos diários cobrindo os próximos 90 dias.

As projeções foram efetuadas com base em indicadores financeiros vinculados aos respectivos instrumentos financeiros, previstos nas medianas das expectativas de mercado do Relatório Focus, do Banco Central do Brasil - Bacen, que fornece a expectativa média de analistas de mercado para tais indicadores para o ano corrente e para os próximos 3 anos. A partir de 2028, repetem-se os indicadores de 2027 até o horizonte da projeção.

A tabela a seguir demonstra valores esperados de liquidação, não descontados, em cada faixa de tempo.

	NE	Menos de 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Passivo Total
31.12.2023							
Empréstimos e financiamentos	10	737	1.735	7.693	35.351	10.869	56.385
Fornecedores	9	613	-	-	-	-	613
		1.350	1.735	7.693	35.351	10.869	56.998

Conforme divulgado na NE nº 10.3, a Companhia tem empréstimos e financiamentos com cláusulas contratuais restritivas (*covenants*) que podem exigir a antecipação do pagamento destas obrigações.

18.2.3 Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de instrumento financeiro oscilem devido a mudanças nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações. O objetivo do gerenciamento desse risco é controlar as exposições, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

a) **Risco de taxa de juros e variações monetárias**

Risco de a Companhia incorrer em perdas, por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores, que diminuam as receitas financeiras ou aumentem as despesas financeiras relativas aos ativos e passivos captados no mercado. A Companhia não celebrou contratos de derivativos para cobrir este risco, mas vem monitorando continuamente as taxas de juros e indexadores de mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação.

Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros e variações monetárias

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto de taxas de juros pós-fixadas e de variações monetárias sobre seus ativos e passivos financeiros expostos a tais riscos.

A avaliação dos instrumentos financeiros considera os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das demonstrações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40 (R1) Instrumentos Financeiros: Evidenciação. Baseado na posição patrimonial e no valor nominal dos instrumentos financeiros em aberto em 31.12.2023, estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de cenário projetado provável da tabela abaixo, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

Para o cenário base, foram considerados os saldos contábeis registrados na data destas demonstrações financeiras e para o cenário provável consideraram-se os saldos com a variação dos indicadores (CDI/Selic: 9,0% e TJLP: 6,43%) previstos na mediana das expectativas de mercado para 2024 do Relatório Focus do Bacen, exceto a TJLP, que considera a projeção interna da Companhia. Adicionalmente, a Companhia mantém o acompanhamento dos cenários 1 e 2, que consideram deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável, em decorrência de eventos extraordinários que possam afetar o cenário econômico.

Risco de taxa de juros e variações monetárias	Risco	Base 31.12.2023	Cenários Projetados - dez/2023		
			Provável	Adverso	Remoto
Ativos financeiros					
Títulos e valores mobiliários	Baixa CDI	5.901	531	398	266
Passivos financeiros					
Empréstimos e financiamentos - BNDES	Alta TJLP	(43.940)	(2.825)	(3.532)	(4.238)

18.2.4 Risco de não performance dos empreendimentos eólicos

Os contratos de compra e venda de energia por fonte eólica, comercializados por meio de leilões regulados, possuem cláusulas de performance de geração, as quais estabelecem um montante mínimo de entrega de energia, com periodicidade anual e/ou quadrienal. Os empreendimentos estão sujeitos a fatores climáticos associados às incertezas da velocidade de vento, o que pode implicar em produção de energia inferior ao montante mínimo de energia contratada. Tal descumprimento contratual pode comprometer receitas futuras da Companhia.

O saldo consolidado registrado no passivo referente a não *performance* está demonstrado na NE nº 13.

O aumento do passivo em 2023 se deve ao fato de que os montantes a pagar estavam suspensos até 31.12.2023 em virtude das discussões no setor a respeito da restrição da geração dos parques eólicos (*constrained-off*). Além disso, após perturbação ocorrida no Sistema Interligado Nacional - SIN em 15.08.2023, o ONS, de forma preventiva, elevou a frequência de eventos de *constrained-off*, o que aumentou a restrição de geração de empreendimentos eólicos situados na região Nordeste.

18.3 Gerenciamento de capital

A Companhia busca conservar base sólida de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e garantir o desenvolvimento futuro dos negócios. Procura manter também equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionadas por uma posição de capital saudável. Assim, maximiza o retorno para todas as partes interessadas em suas operações, otimizando o saldo de dívidas e patrimônio. O endividamento em relação ao patrimônio líquido é apresentado a seguir:

	31.12.2023	31.12.2022
Empréstimos e financiamentos	43.940	50.112
(-) Caixa e equivalentes de caixa	21.518	20.434
(-) Títulos e valores mobiliários	5.901	5.320
Dívida líquida	16.521	24.358
Patrimônio líquido	65.953	64.499
Endividamento em relação ao patrimônio líquido	0,25	0,38

19 Seguros

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos seguros da Companhia está demonstrada a seguir:

Apólice	Término da Vigência	Importância segurada
Seguro D&O (a)	28.03.2025	121.033
Riscos Operacionais	25.08.2024	184.530
Responsabilidade Civil Geral	28.03.2025	30.000
Garantia Judicial - Município São Bento do Norte	13.09.2026	18.937
Garantia de Pagamento - CHESF	19.11.2024	202

(a) O valor da importância segurada do Seguro D&O foi convertido de dólar para real com a taxa do dia 29.12.2023, de R\$ 4,8413.

Os seguros de garantia contratados possuem como avalista a Companhia Paranaense de Energia - Copel.

Curitiba, 11 de abril de 2024

Marcio Raphael Ploszaj
Diretor Técnico

Adriano Fedalto
Diretor Administrativo-Financeiro

Michael Luiz de Souza
Contador CRC-PR-058084/O-0

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
GE São Bento do Norte S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da GE São Bento do Norte S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações de resultado, de resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da GE São Bento do Norte S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Deloitte.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 11 de abril de 2024

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 “F” PR

Jonas Dal Ponte
Contador
CRC nº RS 058908/O-1



Estas demonstrações financeiras
estão publicadas no site da Copel.
Utilize a câmera do seu smartphone
para ler o código ao lado.

